

TOPOS [LOGIA], GEOS [GRAFIA] & ACQUA: O PROJETO DE CLÁUDIO ARAUJO E EQUIPE PARA O CONCURSO DO PARQUE MARINHA DO BRASIL

Sergio M. Marques

TRÊS PLANOS

Na encosta norte do promontório onde está a área central de Porto Alegre, desde as primeiras décadas do séc. XX sucederam-se sucessivos aterros almejando expansão da superfície portuária e obtenção de calado para navios de maior profundidade. Na encosta sul, região sedimentária, cujo aterramento se processava lenta e naturalmente, o plano diretor urbano de 1914, coordenado pelo Eng. Moreira Maciel, previu a conquista de terra sobre o estuário, para estruturação de avenida-parque ligando o porto, desde a “Ponta da Cadeia” até a “Ponta do Dionísio”, ao sul¹ (Fig.1).

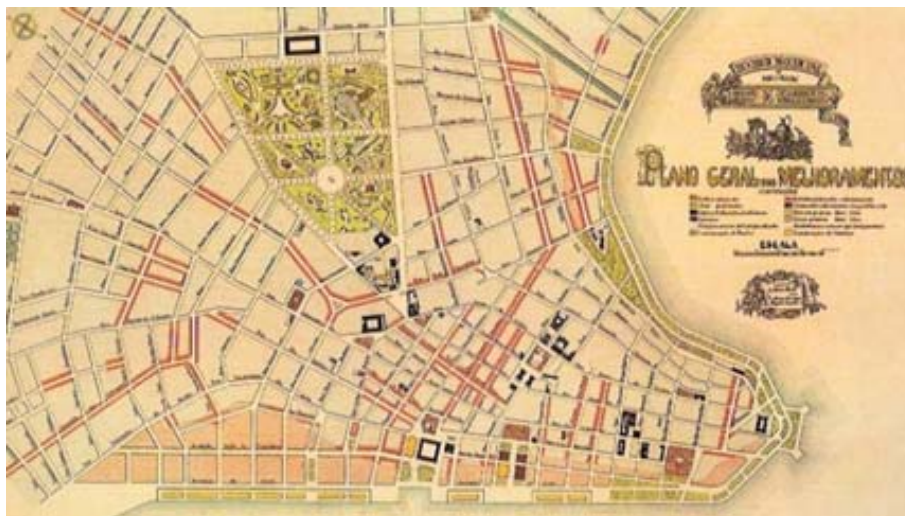


Fig. 1 – Plano Moreira Maciel – Projeto de Avenida Parque, sobre a primeira faixa de aterro realizado, 1914.

O “Plano Gladosh”, na década de 1940, traçou para o aterro, projeto de “Bairro Residencial Modelo” com conjunto expressivo de *bulevares* arranjados figurativamente, a partir do centro histórico, em pata de ganso axial à Av. Borges de Medeiros. O arruamento intersticial acomodaria a geometria radioconcêntrica, modelando quarteirões de edifícios perimetrais gabaritados a maneira de Haussmann. Na borda do rio, a configuração de parque linear, retificando o *water front*

¹ Ponta da cadeia é o nome popular da extremidade da península onde se encontra o centro histórico, ocupada hoje pela Usina do Gasômetro eo Dionísio, onde estão as instalações do antigo Estaleiro Só.

gerado pelo aterro proposto, já conceito de área pública ajardinada como posteriormente se realizou, aqui com traçado francês insinuado. A visão urbana de Gladosh, no entanto, como em suas arquiteturas, ao contrário da idéia de permanência e consolidação da tradição *Beaux-Arts*, revelava-se moderna no sentido de expansão e substituição, sob a luz da cidade visionária, desenhada segundo imagem repleta de signos da tradição acadêmica (Fig. 2 e 3)². No plano de 1959³, o “Plano Paiva”, o projeto para a Praia de Belas coordenado por Carlos M. Fayet criava ali o bairro para 200.000 pessoas, tendo como um dos objetivos a criação de território comercializável, gerando recursos públicos a serem investidos em obras previstas no Plano Diretor. Neste plano urbanístico, no projeto Praia de Belas e no aterro, se descortinou o corolário da arquitetura e urbanismo modernos, de vertente corbuseriana, qualificado na Carta de Atenas, estruturando no novo território urbano, o Centro Administrativo de escala monumental, grandes parques urbanos, avenidas estruturais, bairros residenciais ordenados pelo senso da cidade jardim e distribuição espacial ordenada pelo *zoning* (Fig.4). Desde o arroio retificado, a área hoje ocupada pelo parque, até as imediações do Esporte Clube, conjuntos de habitação coletiva densa, configurados por uma seqüência de ruas entra-e-sai, intervaladas por praças vicinais e serviços locais, compostos por prédios de habitação coletiva “cúbicos”, de aproximadamente 12m de lado, com térreo mais três pavimentos, recuos laterais, de frente e fundos, e possibilidade de balanço sobre o recuo de jardim.

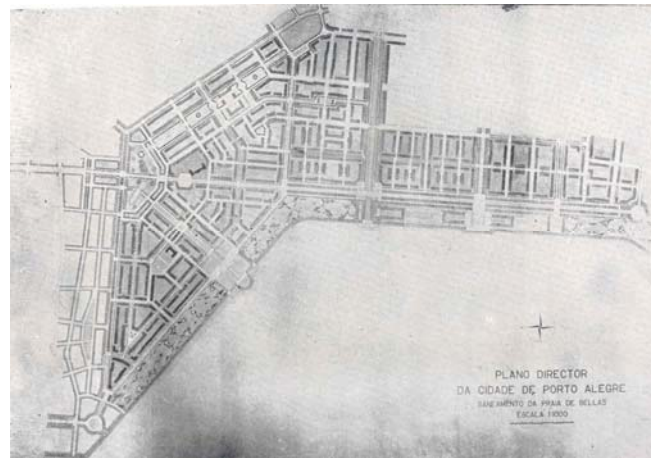
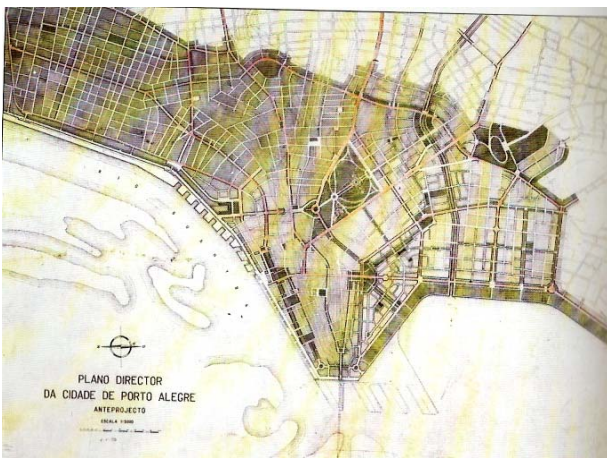


Fig. 2 – Plano Gladosh – Projeto Bairro Residencial Modelo sobre o aterro, Década de 1940.
 Fig. 3 – Plano Gladosh – Projeto Bairro Residencial Modelo sobre o aterro,
 “Saneamento da Praia de Belas”, Década de 1940.

A matriz genética do Movimento Moderno expressa no expediente urbano para Porto Alegre proliferou-se no projeto Praia de Belas, desdobrando pequenas *unités d’habitation* e a cidade jardim em blocos de escala proporcionada a espaços públicos celulares distribuídos ao longo do aterro, em ruas locais armadas entre as avenidas radiais, na forma de *redents*. Os grandes bairros

² Entre os planos de 1945 e 1954, houve ainda interesse de empresa denominada Dani & Conceição, propriedade do ex-governador Ildo Menegetti, para um loteamento em toda a região onde está atualmente o Bairro Praia de Belas, que empreenderia parcelamento privado com compensação financeira para o poder público.
³ Plano Diretor de Porto Alegre – Lei n.2046 de 1959 substituída pela Lei n.2330 de 1961. Plano geral de desenvolvimento urbano coordenado pelo Eng. Edvaldo Pereira Paiva, do qual fizeram parte Carlos M. Fayet e Moacyr Moojen Marques.

de habitação coletiva do Movimento Moderno, como *Toulouse le Mirail*, particularizaram-se e adequaram-se ao contexto, através de instrução normativa, junto ao centro de Porto Alegre⁴.

Três planos, alguns projetos, uma ação.

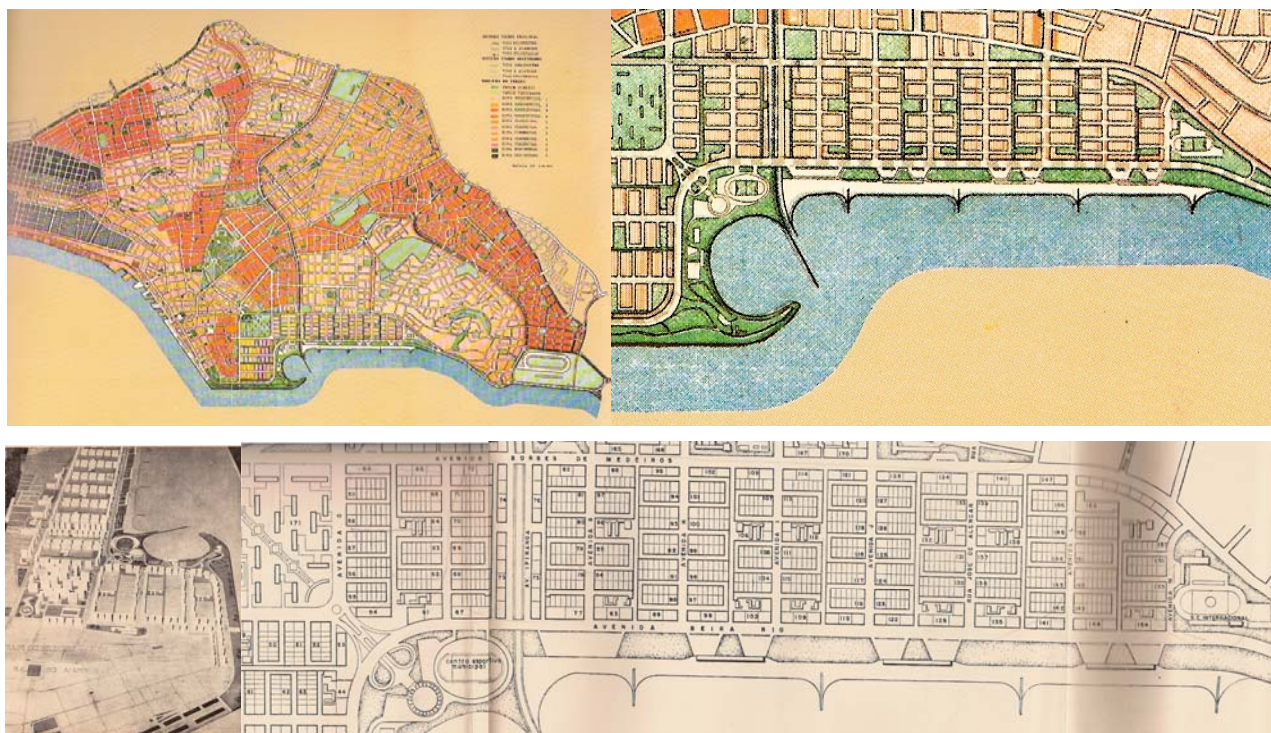


Fig. 4 – Acima: Plano Diretor de Porto Alegre – Lei n.2046 de 1959, Projeto para um Bairro de 200 mil habitantes sobre o aterro. Abaixo – Detalhe do Plano – Projeto Praia de Belas.

DUAS MUDANÇAS

Com diretriz urbanística determinada, o início do aterro foi realizado pelo DNOS de competência federal, a partir da administração do Governador do Estado, Eng. Leonel de M. Brizola (1956-1958), até o segundo mandato do Prefeito Loureiro da Silva (1964-1969) na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através de um convênio que destinava parte da área a ser criada para a esfera federal, estadual e municipal. Os primeiros lotes provenientes do início do aterro, situados próximos ao centro histórico, e das atuais ruas Ritalo Gobato e Celeste Gobato, começaram a ser comercializados com grande propaganda. Os recursos gerados, como freqüentemente ocorre na administração pública, no entanto, foram destinados para outras demandas administrativas, distintas dos investimentos programados pelo Plano Diretor. Os órgãos técnicos da Prefeitura, principalmente a Secretaria de Obras dirigida por Edvaldo Paiva e equipe, face a essa circunstância, propuseram mudanças no projeto do aterro, a partir de duas diretrizes fundamentais:

⁴ MARQUES, Sergio Moacir. *The Fountainhead, el manantial*. Buenos Aires, Summa +, n. 53, 2005.

- Diminuição da área a ser conquistada ao rio, já que o projeto e instrumentos urbanísticos definidos, estavam em modificação, encolhendo a expansão urbana pretendida;
- Diminuição das áreas loteadas e conseqüente aumento das áreas públicas, considerando que a previsão de densidade populacional projetada para a nova gleba (200.000 hab), sem a contrapartida de obras públicas previstas pelo planejamento urbano junto ao centro, principalmente as obras da I Perimetral, agravaria os problemas de tráfico e infra-estrutura já existentes ao invés de solucionar-los como pretendido.

Durante o segundo mandato do Prefeito Loureiro da Silva, a Secretaria de Obras enviou à Câmara Municipal de Porto Alegre o projeto de Lei substitutivo ao projeto para a Praia de Belas, que já estava regulamentado, diminuindo a área de aterro e criando um grande parque linear, com o objetivo de desagrar a área central com área verde adjacente. Este parque, suprimindo a densidade demográfica dos bairros Centro, Cidade Baixa, Praia de Belas e Menino Deus, integraria uma rede de parques mais ou menos eqüidistantes do centro histórico, conjuntamente com o Parque Farroupilha e o Moinhos de Vento. Com o apoio do Prefeito, para a criação do novo parque, a mudança da lei foi feita rapidamente, incorporando sua solicitação para que o novo traçado devolvesse à borda, a forma de baía perdida nos aterros anteriores. A sugestão do Prefeito foi atendida pelo Planejamento Urbano, em um desenho elaborado às vésperas, à mão, incorporando à lei de 1959, atualizada em 1961, o novo traçado da Praia de Belas, conjuntamente com outras mudanças, como a previsão de 40 ha para o novo campus da UFRGS junto à orla, onde hoje se encontra o parque Mauricio Sirotsky Sobrinho⁵ (Fig. 5).

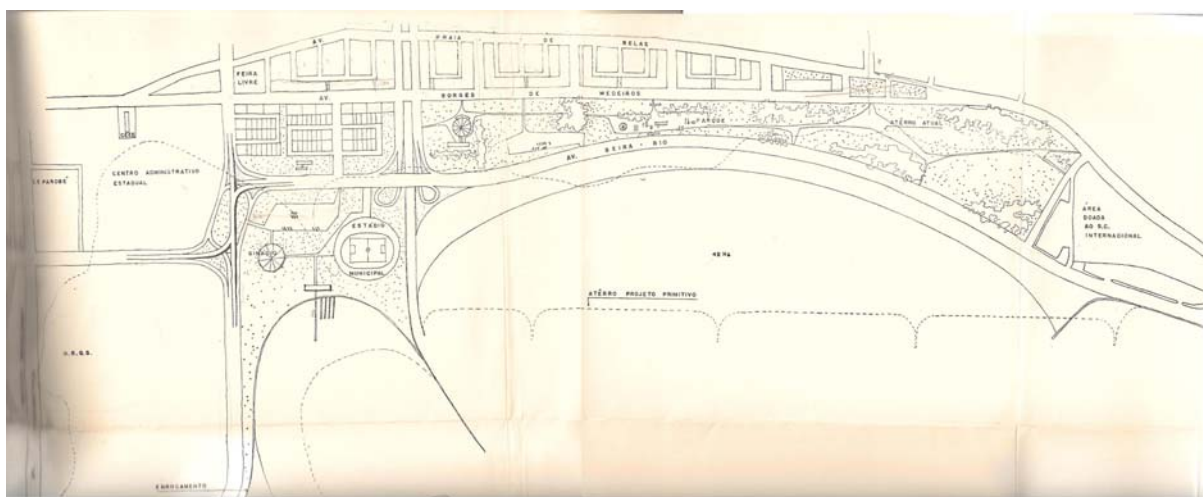


Fig. 5 - Plano Diretor de Porto Alegre – Lei n.2330 de 1961, altera a Lei n.2046 de 1959.
Novo traçado para o Projeto da Praia de Belas e aterro.

Após a eleição do Prefeito Sereno Chase e sua cassação três meses depois com o golpe de 1964, o governo militar prosseguiu com os aterros, principalmente através da ação do ex-governador Thelmo Tompson Flôres, então diretor do DNOS. No governo de Guilherme Socias Vilella (1975 – 1983), iniciou a urbanização do Parque. A então Secretaria do Planejamento

⁵ Posteriormente rejeitado pelo Reitor da Universidade

Municipal, dirigida por Carlos Verissimo de Amaral através da Supervisão de Planejamento Urbano, coordenada por Cláudio Ferraro, com a participação de Moacyr Moojen Marques, urbanista da secretaria, definiu pela realização de um concurso de projetos.

Neste período o Parque recebeu a denominação Marinha do Brasil, como maneira de favorecer a obtenção de recursos junto à União. Dessa forma a realização do Marinha do Brasil se inseriu dentro de ação do governo Federal, denominada Plano Cura, que tinha como objetivo a recuperação dos bairros através de obras de infra-estrutura. O secretario Verissimo de Amaral habilmente, incluiu o Parque Marinha do Brasil no programa, como uma obra de recuperação do Bairro Menino Deus, conjuntamente com obras de ampliação de redes e infra-estrutura, que também foram realizadas⁶.

Definida a modalidade de concurso de idéias com carta convite para o Parque Marinha do Brasil, pela PMPA, foram chamadas equipes que de alguma forma, vinham já desenvolvendo estudos para a Prefeitura e/ou para a área da Praia de Belas. Com um júri composto por arquitetos da própria PMPA, foram convidados para concorrer os arquitetos, Carlos M. Fayet, em parceria com Jorge D. Debiagi⁷; Ivan Mizoguchi em equipe com Rogério Malinsky cujo projeto foi indicado como o vencedor e a equipe de Cláudio Araújo⁸ constituída pelos arquitetos Arlete S. Sauer, Carlos E. D. Comas, Claudia O. C. Frota, José A. D. Frota e Martin Suffert com assessoria do Eng. Agr. Ronald Jamieson para os espécimes vegetais, Lenea Gaelzer, Eng. Werner Laub para as redes, Eng. João B. M. Rosa para estruturas, Paulo G. de Freitas e Eng. Enio C. da Costa para as questões ambientais.

Três equipes, três projetos, três concepções.

UM DOS PROJETOS

O conceito do projeto proposto apoiava-se no fundamento de re-estabelecer na margem do Guaíba, aquilo que o aterro havia suplantado, perfazendo uma espécie de espelhamento das margens situadas na face oposta, entre as ilhas. A continuidade paisagística da borda do estuário sugeria resistência a qualquer tipo de edificação proeminente. A partir da análise de fotos de época de Callegari (meados de 1890), as margens da Praia de Belas, continham alguns trapiches, a presença de um hidroavião, e a planaridade do terreno típica das várzeas que bordejam as baías fluviais do estuário Guaíba e da Lagoa dos Patos.

⁶ O Plano previa também, que a mais valia no valor dos imóveis do bairro, representada pelas benfeitorias urbanísticas, teria contrapartida nos impostos de forma a financiar as obras planejadas. No entanto este instrumento não chegou a ser aplicado plenamente, caracterizando os investimentos como fundo perdido

⁷ Debiagi e Fayet estavam desenvolvendo projetos nos quarteirões, em face ao Parque Marinha do Brasil, compreendidos entre a Av. Borges de Medeiros, Av. Praia de Belas, à oeste e à leste, e a Av. Ipiranga e José de Alencar, ao norte e sul, para a empresa Maguefa que posteriormente faliu conjuntamente com a quebra do banco sul-brasileiro.

⁸ Cláudio L. G Araújo, conjuntamente com a arq. Cláudia Obino, vinha desenvolvendo estudos para a PMPA. Neste interím, chegou a propor a hipótese de envolver Burle Marx para desenvolver o projeto do parque, possibilidade existente através de contatos da Arq. Silvia Moreira (sobrinha de Jorge Machado Moreira), colaboradora do escritório na oportunidade.

Para o projeto, foi imaginada a recomposição da baía por modelagem da topografia como forma de acomodar as diversas atividades programadas em meio à “coxilhas” onde se amalgamavam equipamentos e construções configuradas por cascas integradas às curvas de nível do terreno. Esses taludes em determinados momentos substituíam a barreira imposta às cheias pela Av. Dique (Edvaldo Pereira Paiva), com sinuosidade plástica, definindo anfiteatro e área cívica, canchas de futebol, e mesmo um espaço alagável para criação de lago para pedalinhos, pesca e ilha dos macacos.

Com espírito, “re-criacionista”, as idéias propostas estruturavam-se de farto material simbólico e senso poético. Preliminarmente, em uma espécie de *check-list* analógico o material gráfico, apresentava em seqüência HQ, imagens ícones de atividades, práticas, objetos e paisagens significantes dos conceitos e imagem cultural imaginados, acompanhadas de legendas repletas de figuras de linguagem. Gente disputando futebol, jogando bocha, velejando, caminhando, pegando sol na praia ou vendo o poente, dançando músicas típicas, tocando guitarra, vendo apresentações, exposições, crianças brincando entre árvores, entre pneus, entre bicicletas, entre carrinhos de lombo, imagens de trapiches, mastros de barcos, árvores frondosas e águas serenas ilustram a descrição que valoriza a diversidade (Fig.6). Como rol de condicionantes para o projeto, o “reconhecimento da diversidade inexorável” das formas, das preferências pessoais, dos diferentes locais para a recreação, as legendas discriminam as variáveis de uma pluralidade social, cultural, e etária imaginada para o uso do parque, insinuando a “polifuncionalidade das formas físicas” ou antevendo a multiplicidade formal do relevo operativo proposto para a simultaneidade funcional prospectada na futura área pública.



Fig.6 – Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo– Prancha 01, Condicionantes, Diversidade Funcional.

A área do Parque Marinha do Brasil, destinada ao concurso, perfaz aproximadamente 70 ha, distribuídos longitudinalmente (2,5 Km) no sentido norte-sul (Fig. 7). A norte delimitado pelo arroio dilúvio e Av. Ipiranga, à leste Av. Borges de Medeiros, a sul a área destinada ao Esporte Clube Internacional e à oeste, o rio, lago ou estuário Guaíba⁹. No início da década de 1970 na época do

⁹Conjuntamente com uma minoria, entendo como estuário (confluência de vários rios ?).

concurso, registrado no esquema de implantação e condicionantes da documentação proposta, ao norte, intitulados como “a moradia”, os quarteirões compreendidos entre a Av. Ipiranga e a atual Av. Erico Verissimo já estavam estruturados e densamente povoados pelas unidades de habitação coletiva de térreo mais três pavimentos, dispostas em ruas entra-e-sai, estabelecidas no desenho da Praia de Belas pelo “Plano Paiva”¹⁰. Faceando ainda a Av. Ipiranga, na borda do Marinha e ao longo da Av. Borges de Medeiros, o estudo proposto pela equipe assinalava, “o escritório” designando a futura ocupação prevista, confirmada com a construção dos edifícios institucionais e comerciais realizados desde a década de 1980¹¹. A Leste, linearmente ao longo da Av. Borges de Medeiros e Av. Praia de Belas, a prospecção de época previa densa ocupação habitacional, proposta desde o Plano Gladosh e o bairro para 200.00 habitantes da lei de 1954, até os empreendimentos projetados pela empresa Maguefa no início da década de 1980. Tendência que não resistiu a pressões do mercado e cedeu à miscigenação de usos desregulados, de padrões urbanísticos duvidosos¹².

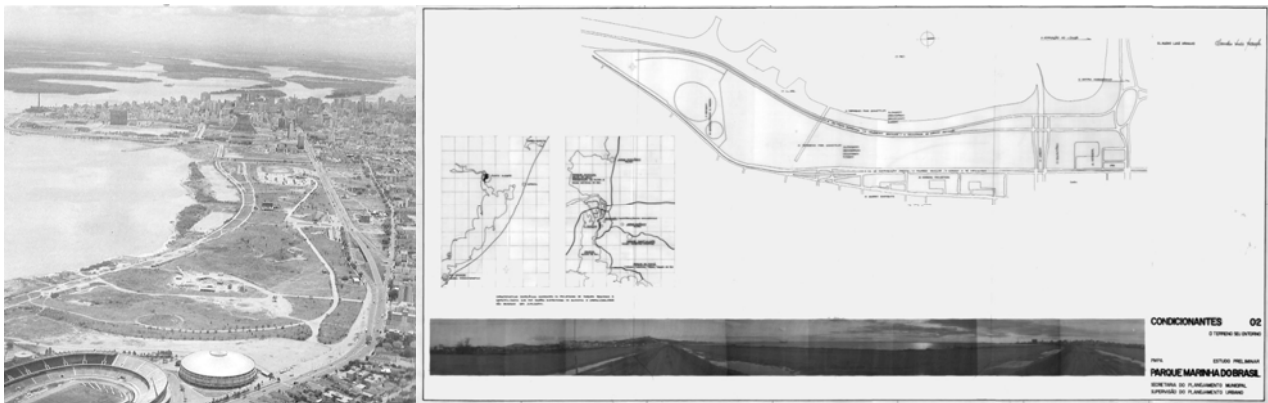


Fig. 7 - Área destinada ao Parque Marinha do Brasil - Foto aérea de 1977 com implantação recente do projeto de Ivan Mizogushi e Rogério Malinky, vencedor do concurso Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAráujo – Prancha 02, Condicionantes.

Ao sul, a limitação com estádio Beira-Rio já era identificada como de continuidade paisagística, de visuais e espaços abertos. O esquema gráfico ainda reconhece a barreira da Av. Dique, atual Edvaldo Pereira Paiva, para o estuário e Av. Borges de Medeiros para a cidade, avenidas expressas de vocação veicular¹³ e denomina a área como um todo de “alagadiço, descampado, seccionado e ilhado”. Os esquemas finalmente defendem o descompromisso do parque com determinados itens programáticos, tais como museu oceanográfico, jardim zoológico, jardim botânico e parque ecológico, pois esses já estavam atendidos de forma especializada no

¹⁰ Onde também está localizado o Ed. FAM (Fayet, Araújo & Moojen), que na verdade representa o padrão urbanístico proposto para o aterro pela lei de 1954, em toda a extensão posteriormente reservada ao parque.

¹¹ Já beneficiados com os aumentos de índice realizados durante a administração do Prefeito Alceu Collares (1986-1989).

¹² Com a quebra da Maguefa e Sulbrasileiro, a área, *borderline* ao parque, potencial urbanístico de um *green-front* como a Av. Oswaldo Aranha ou João Pessoa em face ao Parque Farroupilha parafraseando a *Fifth Avenue* e o *Central Park* em Nova York (Fig. 8), sofreu processo de erosão com a perda de controle urbanístico dos anos 1980, Shopping, torres e recentemente a perspectiva sombria de hiper mercado ao lado da Fundação de Recursos Humanos entre a Av. Borges de Medeiros e a Av. Praia de Belas.

¹³ Posteriormente essa tendência também não se confirmou já que o apelo das visuais do rio, mesmo sem a realização de tratamento urbanístico adequado, garante intenso uso de pedestres nos finais de semana e a Borges configurou-se em importante arteria de transporte público e pedestres que acessam o *Shopping*, Praça Itália, Hotéis e o Complexo Esportivo do Beira-Rio em dias de eventos.

estoque de parques da região.



Fig. 8 - Fifth Avenue, Central Park, New York.

A memória que encena o espírito do projeto é apresentada em texto de inspiração poética onde os atos de fazer território, moldar topografia e água, resgatar imagens de natureza precoce, forjar paisagem, operar com os elementos brutos, combater a monumentalidade edilícia, reunir diversidade, se expressam no desejo de criar natureza, de fazer geografia e depois descansar no “tempo dito livre” (Fig. 9).

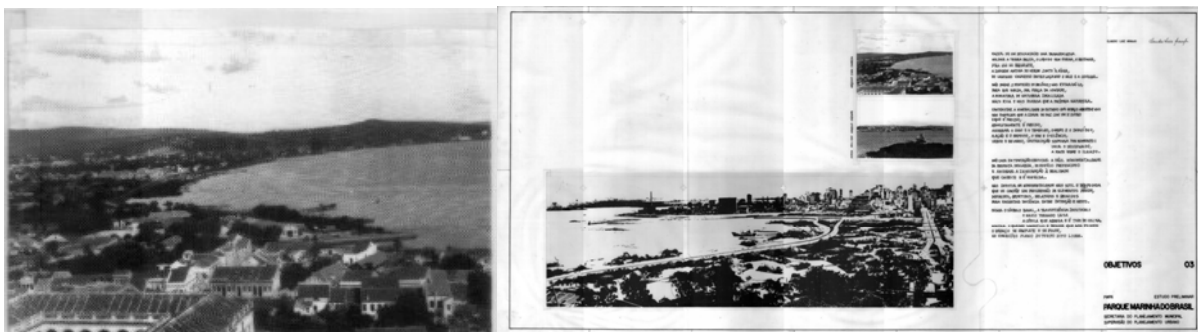


Fig. 9 - Foto Arquivo Ivan Cabeda, Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo – Prancha 03, Objetivos.

Minha cidade, Porto Alegre, nasceu numa península promontório na convergência de cinco rios. No lado norte se fez a porto. No lado sul, um enorme aterro. Para que foi, não se sabe muito ao certo, que até hoje não foi de todo ocupado. Mas nos idos de 70 (e lá se vai um quarto de século!) houve um concurso para nele implantar um parque e os versos feitos como memória do projeto falam de uma ambição imodesta.

*Fazer de um descampado uma paisagem nova,
Moldar a terra bruta, o líquido sem forma, e
Retomar,
Para uso no presente,
A imagem antiga do verde junto à água,
Do caminho vagaroso entrelaçando o vale e a
Coxilha.*

*Não parar o ponteiro do relógio; mas retardá-lo,
Para que surja, por força da vontade,
A miniatura de natureza idealizada
Mais rica e mais diversas que a própria natureza.*

*Contrastar a mineralidade do entorno com o
Espaço aberto e vivo
Sem esquecer que a cidade se faz com um e
Outro
E que é preciso, absolutamente é preciso,
Amarrar o jogo e o trabalho, o grupo e o
Indivíduo,
A ação e o repouso, o som e o silêncio,
Verso e reverso, contradição suspensa por momento:*

*Unir o seccionado,
A ponte sobre o ilhado.*

*Não cair em tentação: refutar a fácil
Monumentalidade
Da proposta descabida, do edifício pretensioso
E ancorar a imaginação à realidade
Que carece e é sofrida.
Mas insitir na monumentalidade mais sutil e despojada
Que se compõe com progressão de elementos
Poucos,
Definidos, repetidos, relatados e reunidos
Para encurtar distância entre intenção e gesto.*

*Ousar o símbolo banal, a transferência inusitada:
O navio tornando casa
A cúpula que abriga e é topo de colina.*

*Montar o quadro sugestivo e deixar que pouco
a pouco
O espaço se complete e se povoe,*

*No exercício pleno do tempo dito livre*¹⁴.

A criação proposta divide o novo território em três setores de uso diferenciados por intensidade e tipo de animação predominante (Fig.10):

Os “setores de animação intensa” estão distribuídos na extremidade sul do parque encabeçando-o e no centro de gravidade, ladeando a Av. Dique. Na transição com a área do Esporte Clube Internacional, um grande estacionamento atende ambas áreas e abastece o circo, o aeromodelismo, a feira de diversões, os cavalos de aluguel, e os esportes sobre rodas da ponta do parque. Neste setor uma operação de “desaterro” traria a água do rio, por sob a Av. Dique para um lago interno com área de pesca, nautimodelismo, atracadouro para pequenas embarcações e ilha de macacos (Fig.11a). No centro, novos estacionamentos belvederes, voltados ao rio, são amigados com o espaço para o Centro de Tradições, Exposições e Feiras e uma nova subtração do terreno sob a Av. Dique, dessa vez criando Anfiteatro, Praça Cívica e ligação terrestre em nível com a beira do rio, onde estão três trapiches desalinhados: O navio transformado em Museu da Marinha e Restaurante; a barcaça transformada em bar, o barco de passeios turísticos, cada qual em seu píer (Fig.11b).

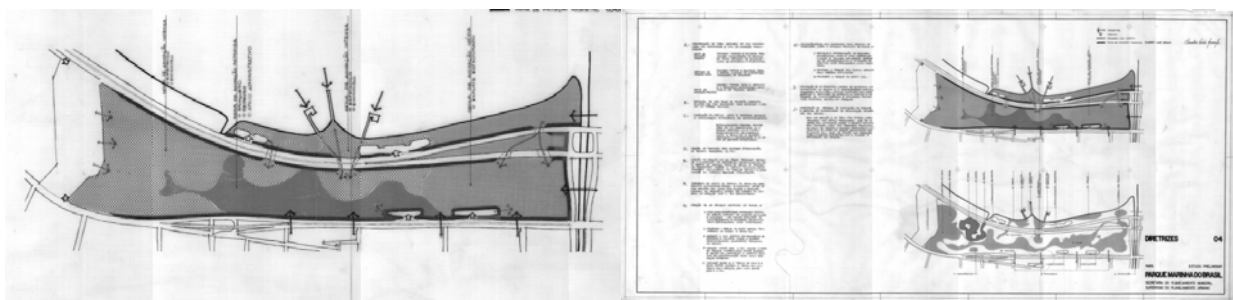


Fig. 10 - Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CL Araújo – Três Setores de usos diferenciados por intensidade e tipo de animação, Prancha 04, Diretrizes.

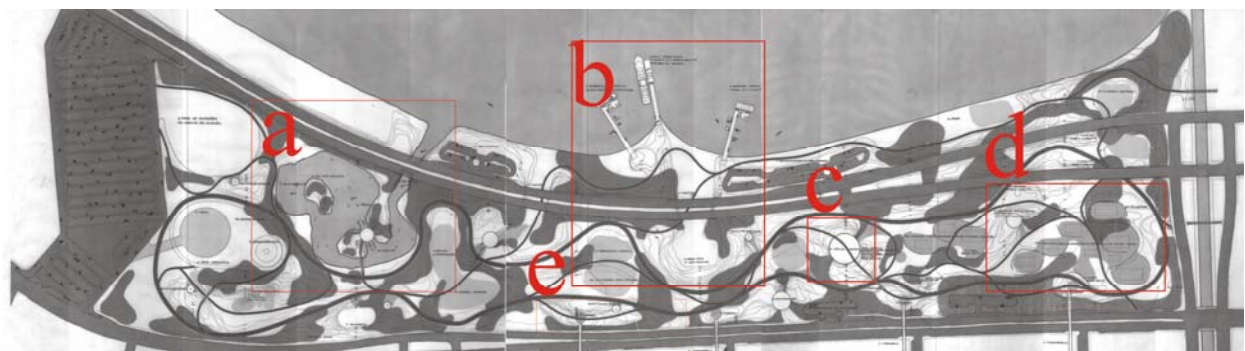


Fig. 11 - Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CL Araújo, Estrutura Geral da Proposta.

No início da metade norte do parque, fazendo transição para o setor de animação média, está a

¹⁴ O texto poético foi publicado na íntegra em revista Argentina. Ver COMAS, Carlos Eduardo. **Aqueles versos de um Projeto**. Ambiente, Fundación CEPA, La Plata, n.86, 198-.

Cúpula Maior, para jogos cobertos e espetáculos, caracterizada pelo conceito de construção que não é edifício sobre o solo, mas paisagem sob os pés. Casca de concreto moldada e integrada a modelagem do terreno no melhor estilo das atuais “topografias operativas” (Fig.11c).

A face norte reúne os equipamentos e quadras esportivas distribuídas em recintos planos criados por entre o terreno dobrado artificialmente. Este “setor de animação média” ainda espraia-se pela orla propondo áreas de praia, futebol de areia e belvederes (Fig.11d).

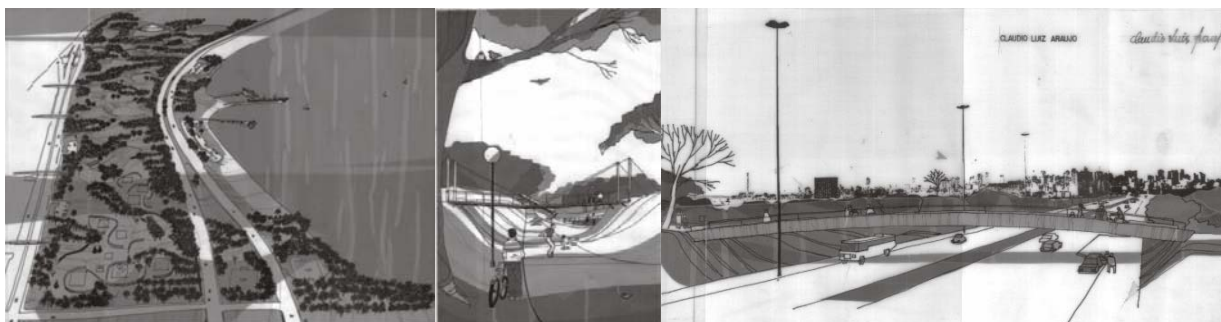
Na “margem” oposta, à leste, a face urbana é pensada como um “setor de animação reduzida” reservada ao repouso, ao brincar, à recreação infantil e juvenil, portanto uma face menos povoada, mais verde com hiatos-praças para receber os visitantes recorrentes (Fig.11e).

Três setores, uma proposta.

O PARQUE JAMAIS VISTO

Os setores são topologicamente compostos por espaços celulares que se interligam entre si através de uma trama orgânica de caminhos onde se pressupõe percursos repletos de perspectivas sinuosas, surpresas, paisagens de curvas definidas por desníveis, taludes, passagens, pontes, etc,...

A paisagem angulosa, emergente de um sentido mais afeto ao jardim inglês, anticlássico com suaves incorporações pitorescas programáticas, estéticas e poéticas revela-se em apropriadas imagens desenhadas a *townscape* (Fig.12). A estrutura geral do parque imaginado, escapa da imagem orgânica de traçado aleatório sugerida pelo primeiro olhar, e embrica em operações complexas de modelagem topográfica e relevo artificial cuja lógica é topológica e não cartesiana. Mede a percepção e apropriação do espaço pelo apelo do olho e dos sentidos, não pelo intelecto e a razão. Intuição e espontaneidade fazem mais sentido em um lugar onde a ordem espacial se esvai por entre lugares de definição passageira, onde o todo e as partes se misturam como ingredientes de diferentes níveis de adesão. A dimensão analógica oferecida pelas relações topográficas dota o projeto de resultados espaciais vastíssimos, talvez imprevisíveis.



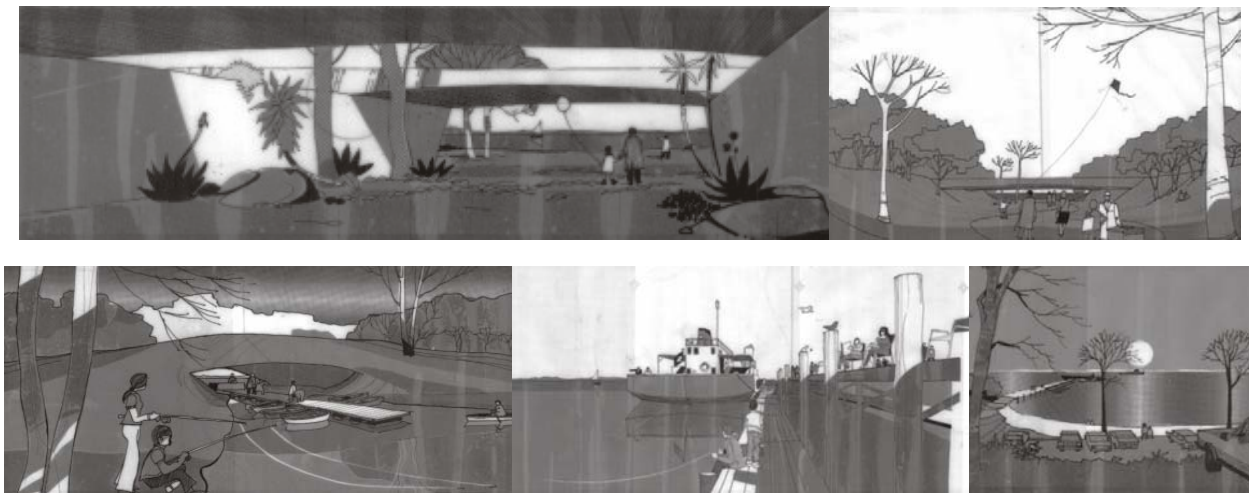


Fig. 12 - Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAráujo, Imagens "Townscape".

A geografia criada, como no gênese, pressupõe "natureza idealizada", re-criando a ecologia existente, mas indo além, superando-a. A pretensão de criar natureza na borda da cidade remete à objetivo análogo ao divino. Não criar tudo (cidade) do nada (natureza), mas re-criar a natureza na cidade. Antecipando inocentemente as exigências ambientais contemporâneas, o projeto embalado pelo pensamento urbanístico vigente no momento, se opõe à ação arquitetônica intervencionista, estruturadora, intrusiva do espaço natural, mas intervém, estrutura e se adentra no território operando com os mesmos instrumentos da natureza (Fig. 13).

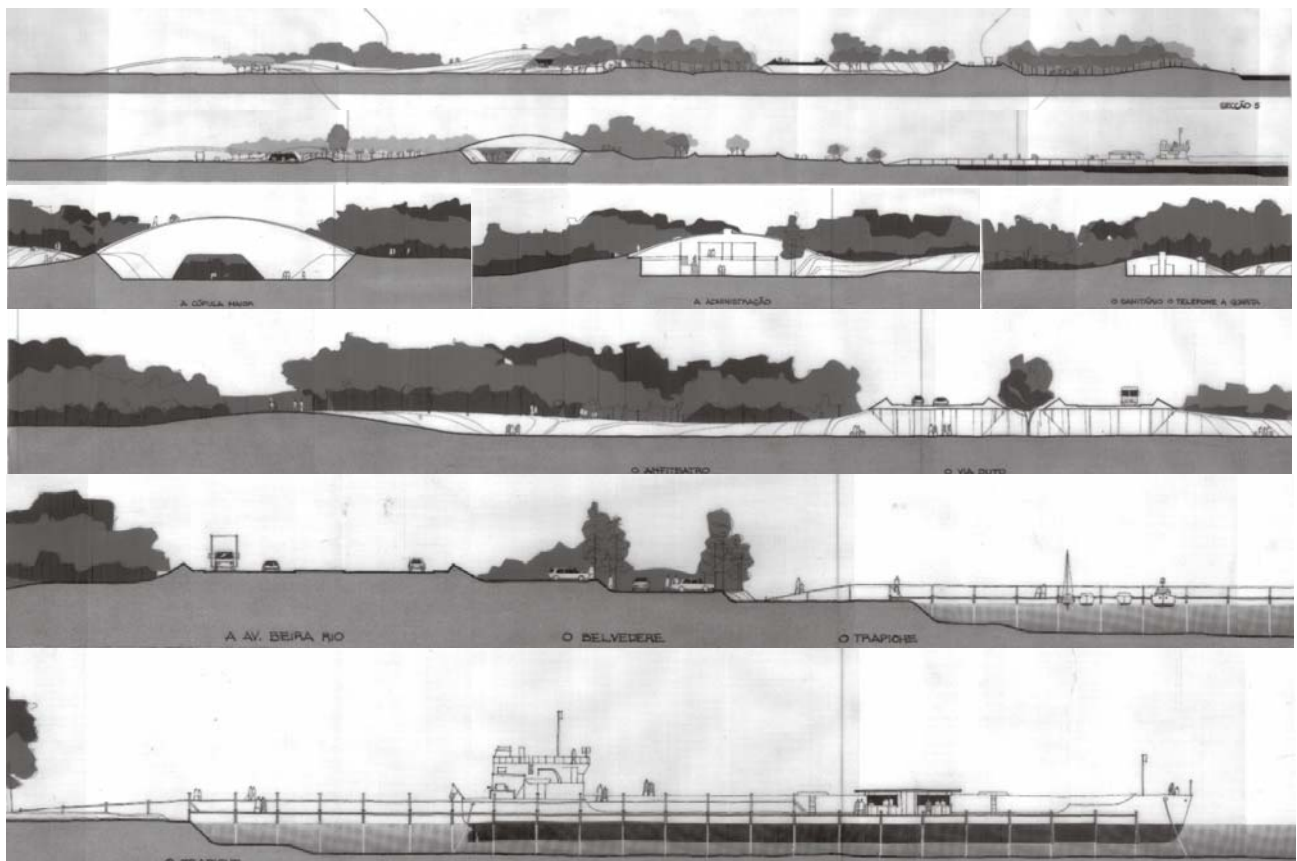


Fig. 13 - Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAráujo, "topografias operativas".

Cria terreno, lugares e paisagens. Mistura pessoas, atividades, fruição. Conecta a cidade, a natureza e a água do estuário.

O Guaíba aceita passivo a todos os planos, aterros, projetos, intervenções e operações; a água do estuário, substância disforme, se molda de acordo com o espaço que lhe roubam ou lhe oferecem. Elemento onipresente, mas central em todas as dimensões do espaço urbano de Porto Alegre, é razão, tema, nome, conceito, história, e principal agente da paisagem do parque e da cidade.

Água de rio abundante, já estava aí antes de nada, e permanece, desde os primeiros que chegaram através dela, para os que vão vê-la através do parque. Água mal tratada e nem sempre lembrada.

Um rio, uma cidade, o parque.



Fig.14 - Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo.
Acima: Imagem do aterro na época do concurso. Abaixo: foto montagem com a proposta.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- ARAUJO, Cláudio. Entrevista com o autor. Atlântida, fev 2007.
- COMAS, Carlos Eduardo. Aqueles versos de um Projeto. Ambiente, Fundación CEPA, La Plata, n.86, 198-.
- COMAS, Carlos Eduardo. Entrevista com o autor. Porto Alegre, mar 2007
- CULLEN, Gordon. *El Paisaje Urbano*. Barcelona, Blume e Larbor, 1974
- MOOJEN, Moacyr Moojen. Entrevista com o arquiteto. Atlântida, fev 2007.
- ROWE, Collin, KOETTER, Fred. *Ciudad Collage*, Barcelona. 1998
- XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. *Arquitetura Moderna em Porto Alegre*. São Paulo: Pini, 1987

FIGURAS

Fig.1 – Plano Moreira Maciel – Projeto de Avenida Parque, sobre a primeira faixa de aterro realizado, 1914. Fonte: Porto Alegre. Planejar para viver melhor, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, p.4

Fig.2 – Plano Gladosh – Projeto Bairro Residencial Modelo sobre o aterro, Década de 1940. Fonte: Porto Alegre. Planejar para viver melhor, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, p.4

Fig.3 – Plano Gladosh – Projeto Bairro Residencial Modelo sobre o aterro, “Saneamento da Praia de Belas”, Década de 1940. Fonte: SILVA, J. Loureiro da. Um Plano de Urbanização. Porto Alegre, Editora do Globo, 1943

Fig.4 – Plano Diretor de Porto Alegre – Lei n.2046 de 1959, Projeto para um Bairro de 200 mil habitantes sobre o aterro Abaixo - Detalhe do Plano – Projeto Praia de Belas. Fonte: Plano Diretor de Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, p.66, 1964.

Fig.5 – Plano Diretor de Porto Alegre – Lei n.2330 de 1961, altera a Lei n.2046 de 1959. Novo traçado para o Projeto da Praia de Belas e aterro. Fonte: Plano Diretor de Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, p.69, 1964.

Fig.6 – Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo– Prancha 01, Condicionantes, Diversidade Funcional, Fonte: Acervo Escritório CLAraújo Arquitetos/ Laboratório de Teoria e História da Arquitetura, FAU-UniRitter, 2007

Fig.7 – Área destinada ao Parque Marinha do Brasil – Foto aérea de 1977 com implantação recente do projeto de Ivan Mizogushi e Rogério Malinky, vencedor do concurso. Fonte: Porto Alegre. Planejar para viver melhor, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, p.14. Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo – Prancha 02, Condicionantes, Fonte: Acervo Escritório CLAraújo Arquitetos/Laboratório de Teoria e História da Arquitetura, FAU-UniRitter, 2007

Fig.8 – *Fifth Avenue, Central Park, New York*. Fonte: ROWE, Collin, KOETTER, Fred. *Ciudad Collage*, Barcelona. 1998, p.148

Fig.9 –Foto Arquivo Ivan Cabeda, Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo – Prancha 03, Objetivos, Fonte: Acervo Escritório CLAraújo Arquitetos/ Laboratório de Teoria e História da Arquitetura, FAU-UniRitter, 2007

Fig.10 – Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo – Três Setores de usos diferenciados por intensidade e tipo de animação, Prancha 04, Diretrizes, Fonte: Acervo Escritório CLAraújo Arquitetos/ Laboratório de Teoria e História da Arquitetura, FAU-UniRitter, 2007

Fig.11 – Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo, Estrutura Geral da Proposta, Fonte: Acervo Escritório CLAraújo Arquitetos/ Laboratório de Teoria e História da Arquitetura, FAU-UniRitter, 2007

Fig.12- Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo, Imagens “Townscape”, Fonte: Acervo Escritório CLAraújo Arquitetos/ Laboratório de Teoria e História da Arquitetura, FAU-UniRitter, 2007

Fig.13 – Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo, “topografias operativas”, Fonte: Acervo Escritório CLAraújo Arquitetos/ Laboratório de Teoria e História da Arquitetura, FAU-UniRitter, 2007

Fig.14 – Projeto para o Concurso do Parque Marinha do Brasil, Equipe CLAraújo. Acima: Imagem do aterro na época do concurso. Abaixo: foto montagem com a proposta, Fonte: Acervo Escritório CLAraújo Arquitetos/ Laboratório de Teoria e História da Arquitetura, FAU-UniRitter, 2007